



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

Project for New American Century (PNAC)

O Pensamento “Neoconservador” e a Política Externa dos Estados

Unidos: A Construção da Nova Ordem Internacional

André d'Almeida Chavesⁱ

“The collapse of Soviet Empire has not altered the fundamental purposes of American Foreign Policy”¹.

“(…) the necessary underpinning of an international order that can at once serve Americans interests and conduce to the spread of American ideals.”²

“That’s a dream only American power can inspire.”³

O objetivo deste ensaio é levantar algumas questões relativas à influência do pensamento neoconservador (ou “international conservatism”) na política externa dos Estados Unidos da América, especialmente nas áreas de segurança, diplomacia e economia.

¹ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. *The National Interest*. No. 59, 2000.

² KAGAN, Robert & SCHMITT, Gary. *Now May We Please Defend Ourselves?*

³ SCHMITT, Gary. *Power and Duty...*

Essa compreensão é importante, e adquire maior atualidade quando se observa até pela grande imprensa a repercussão de episódios como a nomeação de Paul Wolfowitz, subsecretário de Defesa no primeiro mandato de W. Bush e um dos arquitetos da Guerra do Iraque, como presidente do Banco Mundial.

O foco da nossa análise será o “Project for New American Century (PNAC)”, *think tank*, ou centro de pesquisa, norte-americano, buscando traçar a repercussão de suas proposições nas políticas públicas dos Estados Unidos. Em anexo a este texto encontra-se um documento com as biografias dos seus membros citados no decorrer do texto, bem como outras informações acerca do PNAC. Cabe, por fim, também ressaltar aqui que a classificação “neoconservador”, ou *conservative internationalist*, como eles se autodenominam, não representa nenhum tipo de engessamento ideológico dos autores e atores sobre os quais trataremos aqui.

I - O Project for New American Century e o Pensamento Neoconservador

Em primeiro lugar, cabe aqui identificar o que são os neoconservadores no cenário norte-americano. O “neoconservadorismo” é uma corrente política e teórica que tem suas origens políticas numa facção mais ativista do Partido Democrata durante a Guerra Fria. Durante a década de 1970, a corrente rompeu com o Partido Democrata, sendo fundamental na formação da “nova direita”, que conquistou o Partido Republicano a partir dos primórdios do governo Reagan (1981-9) e que hoje exerce forte influência no governo estadunidense. Os neoconservadores mantêm profunda convicção, como veremos posteriormente, sobre a importância do aspecto moral na vida política, doméstica ou externa, dos Estados Unidos. Assim, têm marcante em sua atuação a busca pelo resgate dos valores morais e ideais do país, que identificam como central no *ethos* dos EUA. Os

neoconservadores não são *a-intelectuais*, pelo contrário, como demonstra a própria biografia de seus expoentes, trata-se de um movimento intelectual que tem por objetivo desalojar a outrora hegemônica (nos EUA) concepção de mundo que denominam “leftist liberalism”, bem como o combate ao relativismo cultural e, no campo da teoria das relações internacionais, às concepções realistas, da interdependência e do conservadorismo “clássico” (isolacionista e não intelectualizado). Buscam, dessa forma, construir e exercer o papel de intelectuais orgânicos de um movimento “conservador internacionalista”. São, majoritariamente, acadêmicos, analistas políticos e ativistas ideológicos⁴.

É nesse contexto de combate político e ideológico que surge a idéia de criar o *Project for New American Century*. O núcleo duro do PNAC formou-se no início dos anos 1970, a partir do “Committee on the Present Danger”, cujo objetivo foi criticar o consenso acerca da distensão⁵, que então dominava a agenda de Política Externa dos Estados Unidos face à Guerra Fria. O foco das críticas era a postura favorável à convivência e a abertura em relação ao bloco sino-soviético, em especial durante os mandatos de Richard Nixon (1969 – 1974) e James Carter (1977 – 1981). Esse grupo desempenhou um papel importante na formulação das políticas de endurecimento e reaquecimento da Guerra Fria que orientaram o governo Reagan (1981 – 1989), que muitos creditam (inclusive os fundadores do PNAC) terem sido responsáveis pelo colapso soviético e conseqüente triunfo dos Estados Unidos.

Os pontos basilares das propostas do PNAC, a partir dos quais orientaremos nossa reflexão, são um

poder militar forte e pronto para enfrentar os perigos presentes e futuros; uma política externa que, de maneira arrojada e propositiva, promova os princípios

⁴ A título de informação, vide um breve currículo dos principais expoentes do PNAC, no Anexo I deste artigo.

⁵ V. KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”.

*norte-americanos no exterior e uma liderança nacional que aceite as responsabilidades globais dos Estados Unidos.*⁶

Além do Project for New American Century, existem outros *think tanks* identificados com o que vem sendo denominado “neoconservadorismo”, como o American Enterprise Institute⁷, o Hudson Institute⁸ e o Center for Security Policy⁹. No entanto, decidimos nos centrar no PNAC dada a sua ligação direta com a elaboração da *National Security Strategy of the United States* (conhecida hoje como “Doutrina Bush”), tornada oficial em Setembro de 2002, mas cujas bases já se encontravam em proposta anteriormente recusada pelo presidente George H. Bush, pai do atual presidente, em 1990.

Outra razão para tratarmos aqui do PNAC é a ligação de importantes nomes da administração de George W. Bush, como Richard Perle (ex-presidente do *Defense Policy Board*, que renunciou em meio a um escândalo de corrupção), que é vinculado ao PNAC e ao *American Enterprise Institute*; Elliott Abrams, Subsecretário para assuntos interamericanos do Departamento de Estado nas duas administrações de Ronald Reagan e atual Assessor Adjunto de Segurança Nacional para a Estratégia de Democracia Global; o já mencionado Paul Wolfowitz; Peter Rodman, ex-assessor especial de Henry Kissinger e assessor do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld. Outros nomes importantes da administração atual também mantêm vínculos diretos ou indiretos com o PNAC, como o próprio Secretário da Defesa Donald Rumsfeld, o irmão do presidente Bush e governador da Flórida Jeb Bush, o vice-presidente Richard Cheney, dentre vários outros. Assim, o

⁶ PROJECT FOR NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of Principles*. V. Anexo II.

⁷ www.aei.org

⁸ www.hudson.org

Project for New American Century tem grande repercussão entre os atuais formuladores de política externa dos EUA, ao mesmo tempo em que mantém um canal de diálogo com a academia e a sociedade civil.

II – Construção do Poder: O Plano Interno

Passemos agora a fazer uma breve explanação acerca do papel desempenhado pelos neoconservadores no plano da sociedade norte-americana em que, conforme mencionamos anteriormente, vêm tendo uma atuação marcante no cenário político desde os primórdios da Era Reagan¹⁰, com forte influência em duas áreas: 1) formulação e execução de políticas públicas; 2) formulação e divulgação de paradigmas intelectuais e atuação crescente na sociedade civil.

Se formos analisar a evolução do neoconservadorismo na sociedade norte-americana, a partir mesmo da biografia pessoal de alguns membros, bem como de suas organizações e a história contemporânea dos Estados Unidos, poderíamos, talvez, dividir sua evolução nalgumas etapas. Primeiro, conquistam, ou formam, um corpo de intelectuais, capazes de divulgar e buscar fazer predominar determinada concepção de mundo (em especial, tratamos aqui das questões relativas às Relações Internacionais). Noutros termos, conseguem formar, na sociedade norte-americana, um progressivo consenso acerca de uma nova agenda de política externa que provoca, ou se origina nele, o ocaso do “consenso liberal das costas” (que estaria presente no governo Carter, por exemplo), que encontrava-se numa crise, e o substitui. Note-se, por exemplo, que o candidato de oposição a Bush nas

⁹ www.security-policy.org

¹⁰ Referente ao período compreendido pelos mandatos de Ronald W. Reagan (1981-9) como 40º presidente dos Estados Unidos.

eleições de 2004, John F. Kerry (que, agora, foi um dos únicos dois senadores a se opor à nomeação de Condolezza Rice para Secretária de Estado do segundo mandato de George W. Bush), em nenhum momento se opôs à ação militar no Iraque em si; sua crítica tentou dirigir-se apenas aos “erros estratégicos” que teriam sido cometidos no planejamento do pós-guerra.

A partir da entrada no Partido Republicano, conseguem conquistar espaço na formulação das suas propostas programáticas, especialmente nos temas vinculados à política econômica e à política externa. Uma das figuras mais representativas nesse processo é William Kristol, editor da revista *The Weekly Standard* e um dos mentores do PNAC. Como afirma Gramsci, “a política deve (...) ser superior à parte militar e só a política cria a possibilidade de manobra e do movimento”.¹¹ Esta afirmação do pensador italiano parece ser fundamental na organização do pensamento dos fundadores do PNAC, que não ocultam o sentido gramsciano da sua estratégia de hegemonia cultural.

Como podemos perceber a partir desta análise introdutória, o ponto de mutação da política externa dos Estados Unidos não foi o 11 de Setembro de 2001. Este representou apenas um elemento catalisador da ascensão de concepções teóricas e posições políticas que já estavam presentes nos debates do *establishment* conservadora norte-americano.

III – A especificidade dos Estados Unidos

Devemos aqui fazer nova pausa para termos claro um fator: em virtude das condições originais do seu desenvolvimento histórico (posição geográfica, condições psicossociais e históricas particulares, etc.), os Estados Unidos desenvolveram tradições teóricas e

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Pp. 124.

ideológicas próprias. Ainda que sejam todas de matiz ocidental, se afastam dos modelos teóricos europeus, que são, ainda hoje, dominantes no debate das Relações Internacionais, da Filosofia e da Ciência Política fora dos Estados Unidos. Dessa maneira, tende a ser infrutífera a busca de paradigmas europeus no pensamento contemporâneo do país. Ainda que haja o diálogo, não encontraremos no idealismo norte-americano o mesmo desenvolvimento e características que encontramos no idealismo europeu, por exemplo, ainda que as influências recíprocas tenham sido monumentais.

A consolidação dos EUA e promoção do Destino Manifesto¹², concepção que gradualmente foi tornando-se um dos pilares da ação externa norte-americana, se dá com a afirmação do poder do Estado unificado, diminuindo, na prática, a primazia liberal do indivíduo (condição esta que marca o ideário norte-americano desde seus primórdios) e expandindo, em nome dos mesmos princípios liberais, a ideologia norte-americana através do poder. Essa “revolução conservadora” e expansionista na política norte-americana se solidifica sob o governo de Theodore Roosevelt¹³ (1901-9). A idéia de Destino Manifesto, é bom termos isso claro, foi e continua a ser um elemento vital para a compreensão de mundo dos EUA e sua atuação externa. Dessa maneira, o pensamento neoconservador representado

¹² Podemos considerar o Destino Manifesto como a ideologia que orientou a expansão territorial dos Estados Unidos, calcada fundamentalmente na ideologia da excepcionalidade. A premissa básica é que a Divina Providência concedeu aos Estados Unidos o destino de tornar-se uma grande nação, destino esse manifesto em sua história, caráter e posição. Para fins didáticos, pode ser feita uma divisão da realização histórica do Destino Manifesto em dois momentos ou fase cruciais. Primeiro, a fase da Grande República Continental (da independência até Guerra contra o México, em 1848), quando os Estados Unidos ampliam enormemente o território das 13 Colônias originais, iniciando a marcha para o Oeste e para o Sul. Após o interregno da Guerra de Secessão, inicia-se a segunda fase, marcada pela ampliação e consolidação da expansão para o oeste e sul, bem como a união do imenso território continental e dos oceanos Pacífico e Atlântico, marcada à pela expansão para o Caribe e pela construção do Canal do Panamá.

¹³ V. EKIRCH, Arthur. *A Democracia Americana...* Pp. 177 – 231.

pelo PNAC se coloca como a força que pretende resgatar a essência do espírito norte-americano, que vêm expressa em nomes como Theodore Roosevelt e Ronald Reagan, nomes nos quais identificam mesmo o espírito dos incensados *founding fathers*: “(...) Roosevelt echoed the views of American Founders.”¹⁴

Assim posto, ainda que o pensamento neoconservador pareça, a primeira vista, revolucionário, uma vez que busca romper o “status quo” intelectual, ele de fato identifica-se não com a Ordem (usemos o termo com letra maiúscula), mas com o Partido da Ordem: “what is needed today is not better management of the status quo, but a fundamental change in the way our leaders and the public think about america’s role in the world.”¹⁵ O objetivo é a retomada da revolução conservadora de Roosevelt: “conservative internationalists (...) are the true heirs to a tradition in American foreign policy that runs from Theodore Roosevelt through Ronald Reagan”¹⁶. E, esse Partido da Ordem está comprometido, isso sim, com o definitivo rompimento da ordem internacional de Westphalia¹⁷, bem como com a natimorta concepção de multilateralismo que emergiu ao fim das duas Grandes Guerras do século XX. Chega a afirmar Gary Schmitt, por exemplo, que a ONU “cannot be

¹⁴ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”.. Pp. 69.

¹⁵ Idem.

¹⁶ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “Preface”. In: KAGAN, Robert & KRISTOL, William (org). *Present Dangers: Crisis and Opportunity in America's Foreign and Defense Policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000.

¹⁷ Referência ao célebre tratado de 24 de Outubro de 1648, entre o Sacro Imperador Romano-Germânico e o Rei da França, e seus respectivos aliados, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos. Este Tratado foi um marco na história das Relações Internacionais Ao consagrar e reconhecer o predomínio do Estado-Nação como sujeito das Relações Internacionais, marca o declínio tanto do poder temporal da Igreja quanto da concepção de *dominium*, tornando a soberania estatal a pedra de torque da ordem internacional.

trusted”.¹⁸ Ainda mais claramente, a confiança numa ordem mais multilateral, na segurança coletiva, é um engodo, afirmam Kagan e Schmitt.¹⁹

Um tripé, formado por segurança, comércio e ideologia é a base histórica para a ação externa dos Estados Unidos. Alexander Hamilton afirmava já “a qualidade da raça, dos ideais e das originais instituições políticas”²⁰ dos EUA. Esse tripé foi resgatado e ampliado pelos integrantes do PNAC, quando estes, e seus aliados no *establishment* político e intelectual dos Estados Unidos, afirmam reconhecer que “(...) America’s unique role in preserving and extending na international order friendly to our security, our prosperity, and our principles.”²¹ E é essa releitura de tais princípios, feita a partir do *Project for New American Century*, que orientará nosso debate.

IV- Construção de uma Hegemonia Internacional?

Os neoconservadores do Project for New American Century entendem os Estados Unidos como tendentes à hegemonia no sistema internacional, hegemonia fundada numa estrutura de segurança, cultural e financeira, que tem nos Estados Unidos seu núcleo ativo. Núcleo este fundado na conquista e ampliação dos três tipos instrumentais do poder: o poder econômico (controle dos meios de produção e circulação de bens, serviços e capitais), que muitos vêm em declínio relativo, o poder político (defesa contra o inimigo externo e contra a desagregação) e o poder ideológico (controle sobre a circulação de valores, crenças e ideais), que seria, em última instância, o da conformação do campo

¹⁸ SCHMITT, Gary. *Power and Duty...*

¹⁹ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. *Opus cit.*

²⁰ *Apud.* FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América.*

²¹ PROJECT FOR NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of Principles*. V. Anexo II.

hegemônico. Essa “ordem internacional benevolente” deve seus aspectos positivos ao exercício da liderança por parte dos Estados Unidos e, a partir de tal premissa, prescrevem que o país deve ter uma postura ativa na preservação da ordem, ao reconhecerem a ausência de vácuo de poder: se os Estados Unidos se abstiverem de moldar a ordem, alguém o fará; e o fará de maneira contrária aos objetivos dos Estados Unidos. Inimigos da ordem devem, portanto, antes de poderem abalá-la, ser seduzidos ou “abortados”.²²

Para os expoentes do PNAC, o principal objetivo da Política Externa dos Estados Unidos deve ser moldar a ordem internacional, expandindo e consolidando a “civilização” ocidental²³ (“liberal democratic civilization that United States seek to preserve and extend”²⁴), como explicitado nas citações que abrem o presente trabalho. Assim posto, para eles a URSS nunca foi nada senão um obstáculo para um fim, que é a construção e expansão de uma ordem internacional. A causa do conflito foi, portanto, a natureza do regime soviético, foi uma guerra pela ordem²⁵, ordem esta calcada numa tendência hegemônica, na tendência da supremacia de uma dada conduta. E mesmo a expansão das instituições políticas e sociais liberais norte-americanas, ponto basilar da política externa neoconservadora, é um meio para se atingir tal fim, que é a ordem desejável. Os neoconservadores, especialmente os líderes na fundação do PNAC William Kristol e Robert Kagan, se inspiraram na experiência histórica da conquista da hegemonia nas Américas (em especial a Central, área de especialização original de Kagan).

Mudança de Regime, Ideologia e Interesse Nacional

²² KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”.

²³ V. KAGAN, Robert. *Do Paraíso ao Poder*.

²⁴ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. Pp. 63.

A ação internacional preconizada pelo PNAC fundamenta-se no congelamento, e até no alargamento, das assimetrias de poder, a fim de garantir e expandir o benéfico império dos Estados Unidos nas Relações Internacionais contemporâneas, construído no século XX. Nesse congelamento, a ideologia tem um papel fundamental, uma vez que as ameaças à ordem são identificadas com regimes hostis. Tais regimes devem, em nome da ordem, ser alterados, através da “exportação” das instituições estadunidenses, no processo ora denominado “state building”. Essa política de “mudança de regimes” é uma das “principais tarefas dos Estados Unidos” no pós Guerra Fria.²⁶ Assim, busca-se mesmo evitar o surgimento de desafios à uma ordem internacional considerada benéfica para o mundo. Dessa maneira, as doutrinas de guerra preventiva e se tornam elementos fundamentais da política de segurança do país.

Vemos abertamente defendido nos documentos do PNAC o primado da ideologia na formulação e execução da Política Externa. Mais do que apenas os interesses comerciais, este é o ponto basilar do tripé que mencionamos anteriormente (segurança, comércio e ideologia). Justificando tal posição, Kagan e Kristol afirmam que, se o prestígio²⁷, princípios e moralidade são uma questão fundamental para as Relações Internacionais. Assim sendo, o interesse nacional dos Estados Unidos poderia ser enunciado como a síntese da relação entre poder, paixões e crenças. Sua identificação, portanto, é uma arte, não uma ciência. Mais importante, o nacionalismo norte-americano, que identificam com Theodore Roosevelt, baseia-se não em laços de sangue ou territoriais, mas em princípios

²⁵ Ibid.

²⁶ Idem.

²⁷ Segundo Raymond Aron, as fontes do poder nas Relações Internacionais derivam da força, da persuasão ou do prestígio, este que é uma espécie de fusão daqueles. V. ARON, Raymond.

universais.²⁸ Esse interesse nacional, lembra Kagan em ataque frontal à concepção economicista e mesmo ao liberalismo clássico, se sobrepõe a interesses econômicos ou corporativos.²⁹ Noutros termos, temos uma concepção da vida social de fortes características ascendentes.

Tais princípios justificam inclusive o rompimento com o Direito Internacional multilateral estabelecido e os regimes internacionais, que “não são confiáveis”.³⁰ Como afirma Kagan, a crença no império do Direito Internacional nada mais é senão um subterfúgio dos fracos na sociedade internacional. Quem tem poder o exerce, sempre foi assim e continuará a ser.³¹ Impera mesmo, nessa compreensão dura do predomínio do poder, o exercício *do pacta sunt servanda, rebus sic stantibus*³². Como afirmou Paul Wolfowitz, “while laws, judges, and trials are what we want for our domestic political process (...) foreign policy decisions cannot be subjected to that kind of rule of law”³³.

A partir daí, temos a exportação das instituições norte-americanas com uma renovada ênfase. Essas instituições podem ser divididas, para fins didáticos, em dois tipos fundamentais: 1) Economia e comércio (instituições financeiras, abertura comercial) e, uma mais fundamental para os neoconservadores, que é 2) Política (regime, instituições políticas propriamente ditas – sistema judiciário; preferência pelo federalismo; funcionamento do parlamento, etc.).

²⁸ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. *Opus cit.*

²⁹ KAGAN, Robert. *Do Paraíso...* Opus cit.

³⁰ KAGAN, Robert & SCHMITT, Gary. *Now We May Please Defend Ourselves?*

³¹ KAGAN, Robert. *Do Paraíso...* Opus cit.

³² “Os acordos devem ser respeitados, desde que as condições se mantenham inalteradas”, numa tradução livre da máxima latina.

WOLFOWITZ, Paul. “Statesmanship in the New Century”. In KAGAN, Robert & Kristol, William (orgs.). *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign Policy and Defense Policy.* Pp. 307 – 336.

Essa expansão institucional enquadra-se mesmo num primado do absoluto. O bem e o mal encontram-se impressos nos regimes, sendo inaceitável a coexistência com regimes “perversos”, *rogue states* e similares. Como afirmam em “The Present Danger”, “(...) United States should seek no coexistence but transformation.”³⁴ Nesse contexto, resgatam de Harry Truman a afirmação de que os Estados Unidos são uma “poderosa força para o bem”.³⁵ Mais adiante, retomam novamente o inspirador Theodore Roosevelt: “(...)defenders of civilization must exercise their power against civilization’s opponents.”³⁶ Tal primado remete ao “resgate” da filosofia clássica empreendido pelo filósofo teuto-americano Leo Strauss, inspirador original do neoconservadorismo, e a luta do Ocidente contra a decadência moral derivada, principalmente, dos relativismos e do liberalismo moral

Portanto, o perigo para a segurança dos Estados Unidos não é outro senão o colapso da ordem internacional liderada pelo país. E, o maior risco de ruína de tal ordem seria o “desarmamento moral e estratégico” por parte dos próprios Estados Unidos.³⁷ Essa posição leva os expoentes do PNAC a defenderem, na prática, o sepultamento do sistema internacional westphaliano, fundado na idéia da soberania – conceito esse baseado na idéia de igualdade jurídica dos atores internacionais (Estados), que detêm o monopólio do uso da força em determinado território (para retomarmos a clássica definição de Max Weber). Para os pensadores do PNAC, e para a atual política externa dos EUA, o direito soberano é relativizado pela adequação à ordem; adequação que inclui o exercício de formas de “governança” e regimes específicos, bem como respeito a determinadas regras mesmo em sua ação interna. É nesse cenário que grassa a doutrina de “*state building*”: regimes não

³⁴ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. Pp. 66.

³⁵ Idem. Pp. 60.

³⁶ Ibid. Pp. 69.

“democráticos” ou não adeptos do liberalismo econômico podem se transformarem em Estados “falidos”, que perdem seu direito soberano. Aí se enquadrariam, por exemplo, o Iraque e o Afeganistão (se bem que o Estado afegão, de fato, sob todos os aspectos, tivesse entrado em colapso há muitos anos).

As formas de mudança de regime, afirmam Kagan e Kristol, devem variar de acordo com as circunstâncias. Mas, eles tipificam algumas maneiras principais: intervenção armada; apoio a grupos rebeldes (inspirado na “Doutrina Reagan” e na ação no episódio dos “contras” na Nicarágua); apoio a dissidentes, abertamente ou através de operações secretas (*covert operations*), que incluem assassinatos seletivos, espionagem, financiamento e formação de grupos opositores, etc.

A expansão dos Estados Unidos, e sua solidificação, se configuraria, assim, em diferentes etapas: primeiro a hegemonia interamericana; depois o mesmo processo na Europa, na Ásia, e assim por diante, quase que reduzindo a sociedade internacional a um sistema internacional fechado. Como afirmam Kristol e Kagan, os EUA devem se considerar como a principal potência de cada região.³⁸ As fronteiras da civilização devem ser defendidas a todo custo, ao mesmo tempo em que são ampliadas. O risco é o *wilderness*, e ele deve ser combatido através da conquista do novo oeste. O perigo da barbárie, amorfa, é que ameaça a civilização como um todo, desde a sede, os Estados Unidos, até a França, por exemplo. Dessa maneira, como defendem Kristol e Kagan, não é necessário um inimigo específico para a doutrina de segurança ou de política externa dos Estados Unidos³⁹. Ao contrário, como já afirmamos, o importante é que esse inimigo (ou

³⁷ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. *Opus cit.*

³⁸ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. *Opus cit.*

³⁹ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”. *Opus cit.*

perigo) sequer tenha a oportunidade de lançar raízes. A doutrina funda-se na defesa e expansão da civilização, sob a liderança dos Estados Unidos, como forma única de garantir a sobrevivência e aproveitar as “oportunidades” construídas pelo país em outras gerações e cujos frutos se apresentam no mundo pós Guerra Fria.

V- O Poder e a Força

Como demonstram os textos e propostas do PNAC, os neoconservadores têm claro que o poder, para ser útil (e mesmo continuar a existir), deve ser exercitado. A perspectiva do uso da força é um elemento fundamental da política externa preconizada pelo PNAC e seus expoentes. Nas palavras de Gary Schmitt, para os Estados Unidos, o “perigo emergente (...) é uma erosão da (...) habilidade para capitalizar as inéditas oportunidades estratégicas propiciadas pela atual proeminência dos Estados Unidos.”⁴⁰ Ainda segundo ele, a realidade é que “the exercise of American power is key to maintaining what peace and order there is in the world today.”⁴¹ No entanto, o componente ideológico no exercício do poder norte-americano, no entender de Kagan, faz com que os Estados Unidos sejam um monstro com consciência, ao contrário das antigas potências européias.⁴²

Orçamento Militar

Desde seu surgimento, podemos destacar vários documentos *do Project for New American Century*, bem como vários livros e artigos, gestados no seu interior ou de autoria de seus membros, destacando o papel fundamental da ampliação do investimento militar.

⁴⁰ SCHMITT, Gary. *American Primacy and the Defense Spending Crisis*

⁴¹ SCHMITT, Gary. *Power and Duty...*

⁴² KAGAN, Robert. *Do Paraíso...* Opus cit.

Gary Schmitt, por exemplo, afirma que o orçamento do pentágono deve ser suficiente para manter os compromissos internacionais dos Estados Unidos, bem como a capacidade de ação no tempo e locais necessários. Ainda segundo Schmitt, os demais atores internacionais esperam que os Estados Unidos “detenham a agressão mundo afora, mantenham uma presença estabilizadora em várias regiões, lide com contingências menores (...) e lute uma grande guerra convencional”⁴³, se necessário for.

O PNAC também é um defensor ardente do investimento em novas tecnologias, de forma a promover, de acordo com eles, uma “revolução que pode mudar a face da guerra”⁴⁴. Seu objetivo é que, ao mesmo tempo em que as forças armadas atendam os desafios contemporâneos, estejam aptas a enfrentar com prontidão os desafios futuros. Essa diferença de planejamento para o presente e para o futuro é expressa pelo *Quadriennial Defense Review* e pelo *National Defense Panel*⁴⁵. Segundo o *Quadriennial Defense Review* (que, na versão de 1997, apontava para um cenário até 2005), são apontadas as oportunidades estratégicas que demandariam, para Schmitt, ação ou presença militar para garanti-las. E, a partir do *National Defense Panel* (que apontava, na mesma edição, para um cenário estendido até 2010), ele infere que é necessária uma preparação para futuros desafios ao poder norte-americano. Para Schmitt, o necessário é uma ação política subsidiada pelos investimentos necessários, a fim de “fechar o fosso entre fins [*o National Defense Panel*] e meios [*Quadriennial Defense Review*].”⁴⁶ Nos cálculos de Schmitt e Kagan⁴⁷, seriam necessários investimentos da ordem de 3 a 3,5% do PIB norte-americano

⁴³ SCHMITT, Gary. *Power and Duty...*

⁴⁴ SCHMITT, Gary. *American Primacy...* Pp. 53

⁴⁵ V. bibliografia.

⁴⁶ SCHMITT, Gary. *American Primacy and the Defense Spending Crisis*

⁴⁷ KAGAN, Robert. *Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial.*

em defesa, um valor que não é proporcionalmente absurdo, já que como lembra Kagan, está longe de configurar um caso de *overextension*: o Chile gasta algo em torno de 4% de seu PIB com defesa.

*Doutrina da Guerra Preventiva e Preemptiva*⁴⁸

Ainda de maneira coerente com seu pensamento, os autores do PNAC descartam a idéia de ineditismo da doutrina de guerra preventiva na história dos Estados Unidos. O antecedente mais importante destacado foi a Doutrina Monroe, que orienta, desde o século XIX, as relações dos Estados Unidos com a América Central e, posteriormente, com toda a América Latina. Segundo Schmitt, que se serve da obra do historiador John Lewis Gaddis, a idéia central da Doutrina é “atacar antes de ser atacado”⁴⁹.

Cabe aqui fazer uma distinção conceitual entre guerra preventiva e preemptiva. Ainda que não esteja consolidado no vocabulário português brasileiro, em especial o jurídico, uma distinção clara entre prevenção (ato ou efeito de prevenir, premeditação; disposição prévia; opinião antecipada⁵⁰, ou mesmo “critério para manter a competência de um magistrado em relação a determinada causa pelo fato dele ter conhecido esta causa em primeiro lugar”⁵¹) e preempção (normalmente empregada nos meios jurídicos para definir a “preferência que tem o primitivo vendedor de readquirir o objeto vendido, quando tiver o comprador de

⁴⁹ SHMITT, Gary. *Shooting First*.

⁵⁰ V. Dicionário Aurélio.

⁵¹ V. Associação dos Juízes Federais do Brasil

http://www.ajufe.org.br/index.php?a=02_dicionario_termos_juridicos

aliená-lo” ou a “compra feita anteriormente”⁵²), os dois termos adquirem caráter profundamente distinto na língua inglesa. Segundo o Dictionary of Military Terms⁵³, temos que *preemptive strike* (ataque preemptivo) é o “act of attacking a potential enemy before he attacks your own forces or territory”. Segundo o mesmo dicionário, *prevent* (prevenir) consiste de “to stop something happening” ou “to stop someone doing something”. Se tomarmos a definição do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD – Department of Defense), a distinção se faz ainda mais clara. Para este, *preemptive strike* é “an attack initiated on the basis of incontrovertible evidence that an enemy attack is imminent (...)”⁵⁴. Já um ataque preventivo, segundo o mesmo DoD, ou *preventive war*, é “a war initiated in the belief that military conflict, while not imminent, is inevitable, and that to delay would involve greater risk.”⁵⁵ Ou seja, uma ação preemptiva é aquela fundada em evidências inequívocas de que o ataque do inimigo é iminente, que a legitimam como uma forma de defesa contra um ataque ou ação hostil que, ainda que não ainda deflagrada, seguramente está em curso, de maneira imediata. Já a doutrina de guerra preventiva se funda, portanto, em bases não objetivas, ao depender da crença (*belief*) da inevitabilidade do conflito, mesmo na ausência de evidências inequívocas. Ela se baseia na tentativa de eliminar o risco antes que ele se materialize, baseado em questões, necessariamente, de caráter mais subjetivo.

⁵² V. ORLANDO, Pedro. *Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Ed. LEP, 1956. Vol. II, pp. 111.

⁵³ BOWYER, Richard. *Dictionary of Military Terms*.?: Peter Collin Publishing, 1999.

⁵⁴ <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/p/04141.html>

⁵⁵ <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/p/04178.html>

A questão central, de fato, para a doutrina da guerra preventiva e preemptiva, é que a derrubada de um regime inimigo não deve ser pautada apenas por condições reais ou mensuráveis, mas por sua adequação à ordem. Ainda que o fim da Guerra Fria tenha trazido oportunidades, ela trouxe responsabilidades para os Estados Unidos. Por exemplo, o fim da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que marcou a desaparecimento de um rival, diminuiu os constrangimentos aos antigos “vassalos” de Moscou, que se tornaram um potencial foco de instabilidade regional. E, a única constrição que tais regimes enfrentam é o próprio receio da reação norte-americana, que deve, portanto, fazer-se plausível.⁵⁶ Por trás da diplomacia, portanto, embasando-a, repousa a doutrina da guerra preventiva e da guerra preemptiva, que tornam real a força latente capaz de manter o consenso internacional pretendido pelos membros do PNAC.

Armas e Vetores de Destruição em Massa e Sistema Antimísseis

Desde sua passagem pelo *Committee on Present Danger* e pelo governo Reagan, os expoentes do que viria a ser o PNAC, como Kristol e Kagan, apoiaram o sistema antimísseis de Reagan, apelidado à época de *Star Wars*. O desenvolvimento de tal sistema de defesa, afirmam Kagan e Schmitt⁵⁷, diminui os riscos das falhas de inteligência das ações preventivas (ao mesmo tempo que possibilitam seu exercício) e anula os perigos da crença no “pacto sunt servanda” quando da adesão e promoção de acordos de não proliferação nuclear.

Sua preocupação fundamental era e continua a ser o perigo que o poder nivelador que as armas de destruição em massa (ADM) e seus vetores representam para a capacidade de

⁵⁶ KAGAN, Robert & SCHIMITT, Gary. *Now May We Please Defend Ourselves?*

⁵⁷ *Idem.*

projeção de poder dos Estados Unidos: a capacidade de um *rogue state* de lançar tal tipo de ataque contra aliados, tropas ou território dos Estados Unidos, além do óbvio risco para a segurança, representa a anulação da capacidade de execução de uma política externa tendente à hegemonia. Assim sendo, salvaguardar os próprios Estados Unidos, bem como seus aliados-chave (europeus, japoneses, israelenses e cidadãos de Formosa) através de um escudo antimísseis reveste-se de uma importância fundamental na ação internacional estadunidense.⁵⁸

Para os membros do PNAC, o exercício da força, e o impacto que esse exercício leva aos demais atores, é um elemento fundamental para a construção da hegemonia. Como afirma Gary Schmitt, “the awesome military power of United States is on exhibit for the whole world to see.”⁵⁹ E, o exercício da força, como vimos, poderia ser severamente abalado pela capacidade niveladora de um rival, expressa na posse de ADM. É importante notar que uma das primeiras ações do governo W. Bush no campo da Defesa, ainda no início de seu primeiro mandato, foi aumentar os fundos e acelerar o programa de defesa antimísseis.

A América Latina

Segundo Robert Kagan, a crise do Haiti se agravou devido à ausência de uma intervenção anterior dos Estados Unidos. Ainda que o mesmo Kagan considere positiva a intervenção de 1994, que devolveu Aristide ao poder, critica a posterior omissão de Clinton⁶⁰. Kagan deixa claro que, caso a crise na Colômbia se agrave, dada a insuficiência

⁵⁸ KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”.

⁵⁹ SCHMITT, Gary. *Power and Duty: U.S. Action is Crucial to Maintaining World Order*.

⁶⁰ KAGAN, Robert. *A World of Problems*.

do engajamento no Plano Colômbia, pode ser necessário “(...) send troops to fight in Colombia (...)”⁶¹. Vale destacar que havia feito o mesmo prognóstico em relação ao Haiti (seu texto é de 2000), e sabemos como se sucederam os fatos. Kristol e Kagan identificam ainda as experiências no Panamá desde T. Roosevelt, que afirmou “I took the Canal” até a prisão de Noriega, como paradigmas históricos importantes da atuação externa dos Estados Unidos, mesmo *status* dado ao polêmico episódio envolvendo Reagan e os “contras” da Nicarágua. Muitos dos envolvidos nesse escândalo hoje ocupam postos-chave na administração Bush.⁶²

VI – Considerações finais: O poder da ideologia e a ideologia do poder

Não podemos aqui estabelecer prognósticos definitivos acerca da ação dos neoconservadores na Política Externa dos Estados Unidos e nem dos efeitos de tal política na ordem mundial em construção, ainda que, quaisquer que sejam tais efeitos, saibamos que serão determinantes. Buscamos aqui, como já afirmamos, traçar um panorama da ação do PNAC nos Estados Unidos, por ser este uma das principais trincheiras intelectuais que abrigam o pensamento de Relações Internacionais do movimento que ganhou a alcunha de neoconservadorismo.

Ainda que pretensamente identifiquem a realidade do poder como ponto central da dinâmica das Relações Internacionais, os membros do PNAC têm um componente profundamente “idealista”, na medida em que buscam uma expansão em “moto perpétuo”, orientada por sua ideologia. Assim sendo, na tradição norte-americana, os

⁶¹ Ibid.

⁶² KAGAN, Robert & KRISTOL, William. “The Present Danger”.

neoconservadores podem ser compreendidos como um amálgama do imperialismo de T. Roosevelt com o messianismo de Wilson, levado à escala global (ou realizado) com Reagan. Os Estados Unidos têm um Destino Manifesto, que é ser o farol da civilização.

Qualquer desvio de tal ponto de fuga é um erro histórico, que deve ser corrigido se a História for observada através de um perfil mais alongado e menos imediato, de acordo com a percepção dos neoconservadores. Encontramos um exemplo dessa concepção quando Kagan e Kristol afirmam que a cooperação com ditaduras ocorrida durante a Guerra Fria ou no despontar do fundamentalismo islâmico (este que é “inimigo do Ocidente”⁶³) nada mais foi senão um conjunto de “(...) tactical deviations from a broad strategy of promoting liberal democratic governance throughout the world (...)”⁶⁴ Assim, seu objetivo fundamental é promover e ampliar aquilo que Jefferson um dia chamou de “vasto império da liberdade”.

Um risco identificável aqui, de longo ou médio prazo, é que, dado o empuxo que o PNAC dá às políticas de congelamento da ordem internacional e distribuições de poder, pode vir a surgir uma força reprimida, em estado latente, contrária à manutenção do *status quo*. Essa força se mantém latente enquanto o poder norte-americano desequilibrar a balança das relações custo-benefício. No entanto, tais forças tendem a acumularem-se até o momento de desequilibrar o binômio justiça e ordem, sobre o qual se assenta a Ordem Internacional. Tal força poderia tornar-se cinética até mesmo na forma de uma insurreição mundial, capaz de tornar uma crise local ou regional, originada por demandas reprimidas específicas, numa crise internacional de proporções capazes de desestabilizar de maneira estrutural e convulsiva a ordem internacional. Talvez seja esse o maior risco da ideologia:

⁶³ KAGAN, Robert. *Do Paraíso...* Opus cit., pp. 82.

⁶⁴ KAGAN & KRISTOL. *Opus cit.* Pp. 65.

se ela fracassa em fazer-se hegemônica, tende a gerar uma força contrária de proporções consideráveis. E, como bem notam os próprios neoconservadores, os instrumentos niveladores de poder (guerra irregular, armas de destruição em massa, terrorismo) podem vir a desestabilizar gravemente um sistema rigidamente fechado (ou com tendência a tal fechamento).

Bibliografia.

KAGAN, Robert & KRISTOL, William. "The Present Danger". *The National Interest*. No. 59, 2000.

_____. (orgs.). *Present Dangers: Crisis and Opportunity in America's Foreign and Defense Policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000.

KAGAN, Robert & SCHMITT, Gary. *Now We May Please Defend Ourselves?* Em http://www.newamericancentury.org/def_natl_sec_pdf_013.pdf

KAGAN, Robert. *Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

_____. *A World of Problems...* Em http://www.newamericancentury.org/global_008.htm

SCHMITT, Gary. *Shooting First*. Em <http://www.newamericancentury.org/defense-20040601.htm>

_____. *Cut Defense?* Em <http://www.newamericancentury.org/defense-20040309.htm>

_____. *Power & Duty: U.S. Action is Crucial to Maintaining World Order*. Em <http://www.newamericancentury.org>

_____. "American Primacy and the Defense Spending Crisis". *Joint Forces Quarterly*. Spring 1998.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. A ALCA e a arquitetura das relações hemisféricas nos governos Clinton e Bush. *Revista Pensamiento Próprio* (Buenos Aires), N° 18, 2004.

BOWYER, Richard. *Dictionary of Military Terms*. ? : Peter Collin Publishing, 1999.

EKIRCH, Arthur A., Jr. *A Democracia Americana: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América: Indoamérica: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

GILLIES, Archibald L. (org.) *Post-Reagan America*. New York: World Policy Institute, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (6 volumes). 3^a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BARRY, Tom & LOBE, Jim. *The Man Who Stole the Show*. Em www.fpif.org/papers/02men/box2.html

UNITED STATES OF AMERICA. *National Defense Panel* . In: <http://www.dtic.mil/ndp/FullDoc2.pdf>

_____. *Quadriennial Defense Review*. In: <http://www.defenselink.mil/pubs/qdr/>

UNITED STATES OF AMERICA DEPARTMENT OF DEFENSE. www.defenselink.mil.

Foram utilizados também vários documentos disponíveis no sítio <http://www.newamericancentury.org>.

ⁱ **André d'Almeida Chaves** é bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP, mestrando em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, PUC-SP e Unicamp) e pesquisador do OREAL (Observatório das Relações Estados Unidos – América Latina). Contato: aacweb@yahoo.com.br.



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

André d'Almeida Chaves

Project for New American Century (PNAC)

O Pensamento “Neoconservador” e a Política Externa dos Estados Unidos

ANEXO I

Biografia Resumida dos Principais Exponentes do PNACⁱ. Os textos a seguir, réplica dos originais, estão em inglês.

Robert Kagan is co-founder with William Kristol of the Project for the New American Century. He is a senior associate at the Carnegie Endowment for International Peace, a contributing editor at the Weekly Standard, a columnist for the Washington Post, and the author of the best-selling book *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*.

From 1985-1988, Mr. Kagan was Deputy for Policy in the State Department's Bureau of Inter-American Affairs. From 1984-1985, he was a member of the State Department's Policy Planning Staff and principal speechwriter to Secretary of State George P. Schultz. In 1983, he served as foreign policy advisor to Congressman Jack Kemp and as Special Assistant to the Deputy Director of the United States Information Agency. In 1981, he was Assistant Editor at the Public Interest.

Mr. Kagan holds a bachelor's degree from Yale College and master's degree in public policy and international relations from Harvard University's Kennedy School of Government. He is a member of the Council on Foreign Relations and the Alexander Hamilton fellow in American diplomatic history at American University.

His first book, *A Twilight Struggle: American Power and Nicaragua, 1977-1990*, was published by the Free Press in 1996. He is currently at work on a history of American foreign policy. Mr. Kagan's articles on foreign policy have appeared in *Foreign Affairs*, *Commentary*, *Foreign Policy*, the *New York Times*, the *Washington Post*, the *New Republic*, the *Wall Street Journal*, the *National Interest*, *Policy Review*, and the *Weekly Standard*.

Mr. Kagan is married to Victoria Nuland, a foreign service officer with the Department of State. They have two children, Elena and David.

William Kristol is editor of The Weekly Standard, as well as chairman and co-founder of the Project for the New American Century. Before starting the Weekly Standard in 1995, Mr. Kristol led the Project for the Republican Future, where he helped shape the strategy that produced the 1994 Republican congressional victory. Prior to that, Mr. Kristol served as chief of staff to Vice President Dan Quayle during the first Bush Administration. From 1985 to 1988, he served as chief of staff and counselor to Secretary of Education William Bennett. Prior to coming to Washington, Mr. Kristol served on the faculty of Harvard University's Kennedy School of Government (1983-1985) and the Department of Political Science at the University of Pennsylvania (1979-1983).

Mr. Kristol has published numerous articles and essays on topics including constitutional law, political philosophy, and public policy, and has co-edited several books, including *The Neoconservative Imagination* (with Christopher DeMuth, 1995), *Educating the Prince: Essays in Honor of Harvey Mansfield* (with Mark Blitz, 2000), *Present Dangers* (with Robert Kagan, 2000), *Bush v. Gore: The Court Cases and the Commentary* (with E. J. Dionne, Jr., 2001), and *The Future is Now: American Confronts the New Genetics* (with Eric Cohen, 2002). He is the co-author, with Lawrence Kaplan, of the best-selling book *The War Over Iraq*. Widely recognized as one of the nation's leading political analysts and commentators, Mr. Kristol regularly appears on Fox News Channel. He serves on the

boards of the Manhattan Institute, the John M. Ashbrook Center for Public Affairs, and the Shalem Foundation.

Mr. Kristol received both his A.B. (1973) and Ph.D. (1979) from Harvard University.

Married with three children, he currently resides in bucolic McLean, Virginia.

Bruce P. Jackson is the founder and President of the Project on Transitional Democracies. The Project is a multi-year endeavor aimed at accelerating the pace of reform in post-1989 democracies and advancing the date for the integration of these democracies into the institutions of the Euro-Atlantic.

From 1979 to 1990, Bruce Jackson served in the United States Army as a Military Intelligence Officer. From 1986 to 1990, he served in the Office of the Secretary of Defense in a variety of policy positions pertaining to nuclear forces and arms control. Upon leaving the Department of Defense in 1990, Mr. Jackson joined Lehman Brothers, an investment bank in New York, where he was a strategist in the firm's proprietary trading operations. Between 1993 and 2002, Mr. Jackson was Vice President for Strategy and Planning at Lockheed Martin Corporation.

During 1995 and 1996, Mr. Jackson was National Co-Chairman of the Dole for President Finance Committee. In 1996, he was a delegate to the Republican National Convention where he served on the Platform Committee and the Platform's subcommittee for National Security and Foreign Policy. During the 2000 Presidential Campaign, he was a delegate committed to Governor Bush and chaired the Foreign Policy Subcommittee of the Republican Platform Committee.

Mr. Jackson is the President of the US Committee on NATO, a non-profit corporation formed in 1996 to promote the expansion of NATO and the strengthening of ties between the United States and Europe. During the 2002-2003, he served as the Chairman of the Committee for the Liberation of Iraq. He continues to serve on the Board of Directors of the Project for the New American Century, a non-profit corporation involved in educating American opinion on foreign policy and national security.

Mark Gerson is the CEO of Gerson Lehrman Group. A graduate of Williams College and Yale Law School, Mr. Gerson is the author of books published by the Free Press, Addison

Wesley and Madison Books. His numerous articles and essays have been published in newspapers and magazines including the *New Republic*, *Reader's Digest*, *USA Today* and the *Wall Street Journal*. Mr. Gerson has also served as the editor-in-chief of three basketball magazines. He has discussed his books and articles on CBS, CSPAN, *Newsweek* and many other media outlets. He serves on the boards of the Manhattan Institute, Student Sponsor Partnership, the Yale Chai Society and Imentor.

Randy Scheunemann is a foreign policy and national security analyst based in Washington D.C. In 2002, he founded the Committee for the Liberation of Iraq (CLI) to promote freedom for the Iraqi people. He served as pro bono President and Executive Director of CLI until its mission was completed in 2003.

In 2001, Scheunemann served as a consultant to the Office of the Secretary of Defense. From 1999-2000, Scheunemann served as Defense and Foreign Policy Coordinator for the "McCain 2000" presidential campaign. During 1996, Mr. Scheunemann was a senior adviser to Republican Presidential Candidate Bob Dole and served on the 1996 Republican Platform Committee. Previously, Mr. Scheunemann served as National Security Adviser to Senate Republican and Majority Leaders Bob Dole and Trent Lott from 1993-99.

Mr. Scheunemann was involved in Senate deliberations concerning the use of American military power in Somalia, the Korean peninsula, Iraq, Haiti and Bosnia. He also served as coordinator for Senate Republican policy on United Nations reform, Congressional-Executive war powers, NATO enlargement, global climate change, economic sanctions, ballistic missile defense and technology transfers to China.

From 1986-1993, Mr. Scheunemann served on the staffs of the Senate Foreign Relations Committee, the House Foreign Affairs Committee, and the House Republican Policy Committee. Mr. Scheunemann has authored articles for many publications and regularly lectures on foreign policy and security issues. In addition to serving on the Board of Directors of the Project for New American Century, Mr. Scheunemann serves on the Board of Directors of the U.S. Committee on NATO, the Project on Transitional Democracies, and the International Republican Institute.

Gary J. Schmitt. Dr. Schmitt is executive director of the Project for the New American Century.

In the early 1980s, Dr. Schmitt was a member of the professional staff of the Senate Select Committee on Intelligence and, from 1982-1984, served as the committee's minority staff director. In 1984, he was appointed by President Reagan to the post of executive director of the President's Foreign Intelligence Advisory Board, the White House. He served in that position until 1988. Since then, he has held visiting fellowships at the National Interest, a foreign policy journal, and the Brookings Institution, served as Coordinator for the Consortium for the Study of Intelligence's Working Group on Intelligence Reform, and worked as a consultant to the Department of Defense. In addition, he has been an adjunct professor at the Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University.

Dr. Schmitt has written articles in a number of areas, including the American founding, the U.S. presidency, the American political system, intelligence and national security affairs. He is the co-author with Abram N. Shulsky, of *Silent Warfare: Understanding the World of Intelligence* (2002); co-editor of, and contributor to, *U.S. Intelligence at the Crossroads: Agendas for Reform* (1995); co-author of *The Future of U.S. Intelligence* (1996), a monograph prepared for the Working Group on Intelligence Reform; and co-author of *What Does "High Crimes and Misdemeanors" Mean?* (1998), a monograph of the Henry Salvatori Center of Claremont McKenna College.

Dr. Schmitt is a graduate of the University of Dallas (B.A./1974) and the University of Chicago (Ph.D./1980). He is married, has two children, and lives in Arlington, Virginia.

ANEXO II

Carta de Princípios do PNACⁱ

June 3, 1997

American foreign and defense policy is adrift. Conservatives have criticized the incoherent policies of the Clinton Administration. They have also resisted isolationist impulses from within their own ranks. But conservatives have not confidently advanced a strategic vision

of America's role in the world. They have not set forth guiding principles for American foreign policy. They have allowed differences over tactics to obscure potential agreement on strategic objectives. And they have not fought for a defense budget that would maintain American security and advance American interests in the new century.

We aim to change this. We aim to make the case and rally support for American global leadership.

As the 20th century draws to a close, the United States stands as the world's preeminent power. Having led the West to victory in the Cold War, America faces an opportunity and a challenge: Does the United States have the vision to build upon the achievements of past decades? Does the United States have the resolve to shape a new century favorable to American principles and interests?

We are in danger of squandering the opportunity and failing the challenge. We are living off the capital -- both the military investments and the foreign policy achievements -- built up by past administrations. Cuts in foreign affairs and defense spending, inattention to the tools of statecraft, and inconstant leadership are making it increasingly difficult to sustain American influence around the world. And the promise of short-term commercial benefits threatens to override strategic considerations. As a consequence, we are jeopardizing the nation's ability to meet present threats and to deal with potentially greater challenges that lie ahead.

We seem to have forgotten the essential elements of the Reagan Administration's success: a military that is strong and ready to meet both present and future challenges; a foreign policy that boldly and purposefully promotes American principles abroad; and national leadership that accepts the United States' global responsibilities.

Of course, the United States must be prudent in how it exercises its power. But we cannot safely avoid the responsibilities of global leadership or the costs that are associated with its exercise. America has a vital role in maintaining peace and security in Europe, Asia, and the Middle East. If we shirk our responsibilities, we invite challenges to our fundamental interests. The history of the 20th century should have taught us that it is important to shape circumstances before crises emerge, and to meet threats before they become dire. The history of this century should have taught us to embrace the cause of American leadership.

Our aim is to remind Americans of these lessons and to draw their consequences for today.

Here are four consequences:

- we need to increase defense spending significantly if we are to carry out our global responsibilities today and modernize our armed forces for the future;
- we need to strengthen our ties to democratic allies and to challenge regimes hostile to our interests and values;
- we need to promote the cause of political and economic freedom abroad;
- we need to accept responsibility for America's unique role in preserving and extending an international order friendly to our security, our prosperity, and our principles.

Such a Reaganite policy of military strength and moral clarity may not be fashionable today. But it is necessary if the United States is to build on the successes of this past century and to ensure our security and our greatness in the next.

Elliott Abrams; Gary Bauer; William J. Bennett; Jeb Bush; Dick Cheney; Eliot A. Cohen; Midge Decter; Paula Dobriansky; Steve Forbes; Aaron Friedberg; Francis Fukuyama; Frank Gaffney; Fred C. Ikle; Donald Kagan; Zalmay Khalilzad; I. Lewis Libby; Norman Podhoretz; Dan Quayle; Peter W. Rodman; Stephen P. Rosen; Henry S. Rowen; Donald Rumsfeld; Vin Weber; George Weigel; Paul Wolfowitz.